



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO DE PENSÃO

1. DADOS DO REQUERENTE:

<input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheira (o) <input type="checkbox"/> Filha (o) <input type="checkbox"/> outros					
*Nome:			*Data Nascimento:		
*Endereço:					
*Número:		*Bairro:		*Cidade:	
*CEP:		*UF:		*Tel.1 ()	*Tel.2 ()
*CPF:		*RG:	*Data de expedição:		*Órgão de expedição:
*Título de Eleitor:		*Seção:		*Data Expedição:	
Banco:		Agência:	Número:		Conta:
Cidade:		UF:			
*E-mail:					

*preenchimento obrigatório.

2. DADOS DO(A) EX-SERVIDOR(A):

*Nome:			
*Órgão de origem:		*Matrícula:	*CPF:
*Data do Óbito:		Situação <input type="checkbox"/> ativo <input type="checkbox"/> inativo	

*preenchimento obrigatório.

3. DECLARAÇÕES:

Declaro, para fins de concessão de pensão que:

A) Declaração de PIS/PASEP	
<input type="checkbox"/> possuo PIS/PASEP n°.	<input type="checkbox"/> não possuo PIS/PASEP.
<input type="checkbox"/> o PIS/PASEP do ex-servidor n°.	<input type="checkbox"/> não localizei o PIS/PASEP na documentação do ex-servidor
Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
B) Declaração de Acúmulo de Pensão:	
<input type="checkbox"/> Não percebo qualquer pensão do Governo Municipal, Estadual e Federal.	
<input type="checkbox"/> Percebo a(s) seguinte(s) pensão(ões) paga(s) pelo Governo Municipal, Estadual e Federal (favor informar o órgão e a natureza no quadro abaixo):	
Órgão/Entidade	Natureza (vitalícia ou Temporária)
Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
_____	_____/_____/_____
Local	Data
OBS: informamos que os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um servidor(a) do núcleo de recursos humanos.	

Assinatura do Requerente

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1- DOCUMENTO BÁSICOS:

Requerimento de pensão, na condição de “ cônjuge (viúva) com fundamento do artigo 217, inciso I, alínea a, da Lei 8.112/1990 , são os seguintes:
a) Requerimento de pensão;
b) Cópia autenticada da Certidão de óbito do servidor;
c) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor do servidor falecido;
d) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor da requerente;
e) Comprovante de pensão paga pelo INSS pelo óbito do servidor (ou certidão negativa);
f) Comprovante de conta salário (saldo, extrato/declaração que conste o nº da agência e conta salário);
g) Declaração de PIS/PASEP;
h) Declaração de Não acumulação de benefícios;
i) Comprovante de residência;
j) Comprovante de rendimento do servidor falecido.

2- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

a) 2ª Via de Certidão de Casamento (emitida após óbito do servidor).
OBS: Os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um servidor(a) do núcleo de recursos humanos.

FUNDAMENTO LEGAL:

<p>Lei 8.112/1990 de 11 de dezembro de 1990.</p> <p>Art. 217. São beneficiários das pensões:</p> <p>I - vitalícia:</p> <p>I - o cônjuge</p> <p>a) o cônjuge;</p> <p>b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;</p> <p>c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;</p> <p>d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;</p> <p>e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor.</p> <p>II - temporária:</p> <p>II - o cônjuge divorciado, separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente</p> <p>a) os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;</p> <p>b) o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;</p> <p>c) o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;</p> <p>d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.</p> <p>§ 1º A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "d" e "e".</p> <p>§ 2º A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d".</p> <p>§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.</p> <p>§ 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do caput exclui os beneficiários referidos no inciso VI.</p>
--